

Ano XXVI n° 6674 – 06 de outubro de 2022

Empregadas apontam avanços e retrocessos na gestão do pessoal da CAIXA



A gestão de pessoas na CAIXA passou por notável processo de modernização e avanços no período compreendido entre os anos 2003 e 2015. Mas, a partir de 2016, tais avanços foram desvalorizados, distorcidos e substituídos pelo foco em diretrizes de gestão empresarial empobrecidas no quesito “orientação a pessoas”. Esta é a opinião da advogada Maria Salete Cavalcanti e da linguista e teóloga Súsie Helena Ribeiro, ambas empregadas aposentadas da Caixa, expressa no artigo “Gestão de Pessoas na CAIXA: uma breve análise dos avanços de 2003 a 2015 e dos retrocessos de 2016 a 2022”.

“O texto é importante para mostrar a diferença entre uma gestão humanizada de pessoas, que valorizava as empregadas e empregados da CAIXA, e uma gestão que valoriza o mercado e precariza as condições de trabalho e atua com descaso pelos empregados”, afirmou a diretora do Sindicato e diretora executiva da Contraf-CUT, Eliana Brasil. “Seria muito bom se todo o pessoal da CAIXA lesse e mesmo toda a sociedade”, completou.

O texto observa que o retrocesso na gestão de pessoal, “resultou na redução da Caixa à condição de banco de varejo comercial exclusivamente, que em nada se diferencia dos demais bancos comerciais do país, afastando-a da sua nobre missão de agência de desenvolvimento social, tão necessária e urgente diante da desafiadora realidade brasileira de milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza”.

Leia a matéria completa em nossa página: <http://www.sindbancariospetropolis.com.br/> ou no facebook: <https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis>

Governo corta mais de R\$ 1 bi da verba para educação

O governo federal propôs, para 2023, um corte de R\$ 1,096 bilhão no programa “Educação básica de qualidade” em comparação com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano. Enquanto a proposta para orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2022 previa R\$ 10,849 bilhões para o programa, a proposta para o próximo ano indicou R\$ 9,753 bilhões.

Além do programa de educação básica, também houve proposta de corte de R\$ 594,5 milhões no programa de educação superior, que atende universidades públicas. O valor passou de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 10,3 bilhões.

Somente neste ano, cerca de R\$ 400 milhões destinados a universidades foram cortados. Em junho, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) alertou que, com o arrocho no orçamento das instituições federais, pelo menos, 17 universidades federais corriam risco de parar até o fim do ano devido a bloqueios orçamentários feitos pelo governo.

Desde o início do atual governo, o Ministério da Educação tem vivido crises sucessivas. Logo nos primeiros meses do mandato, em maio de 2019, enfrentou manifestações populares após bloqueio de 30% no orçamento discricionário (não obrigatório) das instituições federais de ensino superior. Na época, o ex-ministro Abraham Weintraub afirmou em entrevista que cortaria recursos de instituições federais que promovessem “balbúrdia”. Até o momento a pasta já teve cinco titulares, o último a deixar o cargo, Milton Ribeiro, pediu demissão após denúncias de que pastores atuavam como lobistas para facilitar recursos da pasta.

